

## Casa para mulheres vítimas de violência ainda depende de recursos



### Delegada Cleusa luta pela implantação do abrigo

**REGIÃO** – Os índices de casos de violência contra mulher continuam altos. Os registros inclusive vem aumentando. O número de procedimentos instaurados na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), com sede junto a DPPA de Montenegro e que atende todo o Vale do Caí, cresceu 27% num comparativo entre o mesmo período de 2016 e 2017 (janeiro a setembro). Foram 745 casos neste ano contra 587 de 2016. E muitos casos não chegam ao conhecimento da Polícia porque não são denunciados. Por isso, além das medidas protetivas já adotadas através da Lei Maria da Penha, é preciso dar uma maior estrutura para as mulheres se encorajarem a realizar a denúncia. E um dos projetos neste sentido é o da implantação da Casa Abrigo Filhas de Maria, que serviria como um abrigo temporário para as mulheres vítimas de violência e seus filhos. O projeto já foi apresentado às autoridades da região pela delegada Cleusa Spinato, titular da Delegacia da Mulher, juntamente com a presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (Comdim) de Montenegro, Carliane Pinheiro (Kaká) e o Retiro Comunitário de Reabilitação Ocupacional (Recreo). Mas para entrar em atividade, a casa abrigo depende de recursos.

Na última quinta-feira

foi realizada uma reunião na Câmara de Vereadores de Montenegro, município que vai sediar a casa abrigo numa localidade do interior, através do Recreo. “Kaká” lamenta que muitas vezes as mulheres voltam para a casa do agressor porque não tem para onde ir. E com isso corre novamente risco de violência. “Já temos local para sediar a Casa, o qual terá que passar por uma reforma”, comenta. Nelsa Lopes de Souza, do Recreo, informou que a capacidade da Casa será de 20 vagas, com custo unitário de pouco mais de 1200 reais mensais. “Cada município ficará com as vagas de atendimento que necessitar, levando-se em conta que estas serão bastante concorridas”, ressalta Nelson. “A participação das Prefeituras no projeto será através da compra das vagas”, explica, acrescentando que os setores administrativo e o pessoal estarão a cargo do Recreo.

Quando a delegada Cleusa apresentou o projeto às autoridades, em maio deste ano, a expectativa era de que a casa abrigo pudesse começar a funcionar ainda em 2017. Mas em razão da dificuldade de recursos, deve ficar para 2018. Continuam sendo mantidos contatos com os prefeitos, secretários e representantes dos municípios no sentido de viabilizar a instalação da Casa Abrigo Filhas de Maria o quanto antes. (GSB)